

# Projeto pedagógico próprio: o primeiro passo para o projeto político pedagógico da escola

Bianca Cabral de Oliveira<sup>1</sup>  
Regina Maria Horta Barbosa de Oliveira<sup>2</sup>

## Resumo

Um relato sobre o surgimento do projeto político pedagógico como necessidade histórica, bem como, seu significado e as possíveis vantagens por ele oferecidas a partir da atual exigência do mesmo nas escolas. Argumenta-se sobre a conveniência da elaboração de um projeto pedagógico por parte de cada professor, antes das reuniões coletivas que visam elaborar ou reelaborar o planejamento da escola. Apresenta-se uma proposta para a construção do projeto individual de cada professor com o intuito de nortear seu trabalho e contribuir para que os educadores, imbuídos pelo objetivo único de melhorar a aprendizagem de seus alunos, venham, juntos, a construir a educação de qualidade que é de direito de todos os cidadãos brasileiros.

**Palavras-chave:** Projeto político pedagógico. Projeto pedagógico próprio. Planejamento.

## Abstract

*An account of the emergence of political and pedagogical project as an ideological as well as their significance and the possible advantages offered by him from the current requirement of the same schools. We argue about the desirability of developing an educational project by each teacher, prior to meetings or conferences designed to prepare planning to redesign the school. It presents a proposal to build the project for each individual teacher in order to guide their work and to help educators, imbued with the sole purpose of enhancing the learning of their students come together to build quality education, right for all citizens.*

**Keywords:** *Political pedagogical project. Teaching project itself. Planning.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu da necessidade de subsidiar os professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS, alunos dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na área de educação oferecidos pela Prefeitura do referido município em convênio com as Universidades locais, para participarem da elaboração dos projetos político pedagógicos de suas escolas com o objetivo de transformar a educação oferecida a seus alunos no sentido de elevar os índices de aprendizagem e em conformidade com a maior autonomia concedida pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96.

---

<sup>1</sup> Especialista em Alfabetização pelo IESF, técnica do Núcleo de Pós-graduação do Centro de Formação para a Educação da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande – MS.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela UFMS, técnica do Núcleo de Pós-graduação do Centro de Formação para a Educação da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande – MS.

Acreditamos que o projeto político pedagógico possa ser um instrumento favorecedor da qualidade da educação oferecida pelas escolas por estimular a reflexão de todos os profissionais sobre o trabalho pedagógico realizado, o que possibilita a construção de uma proposta coletiva e adequada à realidade e necessidade de cada unidade escolar. Para tanto, é primordial que cada professor elabore seu projeto profissional, ou seja, o projeto pedagógico próprio.

A proposta de elaboração de um projeto pedagógico próprio por professor foi feita por Demo (2005, 2008) embora Vasconcellos (2009) trate da mesma ideia quando se refere à construção do projeto de ensino e aprendizagem. Este, no entanto, inclui os conteúdos no que se refere a sua gênese e desenvolvimento, o que pode levar os professores a priorizarem este aspecto. Enquanto que a proposta idealizada por Demo (2005) enfatiza as concepções dos professores com relação ao processo de aprendizagem, o que estimula a reflexão sobre as possibilidades de condução dos trabalhos pedagógicos e facilita as discussões coletivas do projeto político pedagógico, uma vez que professores com suas propostas previamente elaboradas são capazes de argumentar com mais propriedade do que aqueles que ainda não refletiram sobre as questões envolvidas no projeto da escola. Para melhor esclarecimento do tema, iniciamos com um breve relato sobre o surgimento do projeto político pedagógico como necessidade do sistema educacional, bem como, seu significado e as vantagens por ele oferecidas a partir da atual exigência do mesmo nas escolas. A seguir, argumentamos sobre a necessidade da elaboração de um projeto pedagógico por professor, antes das reuniões coletivas que visam elaborar ou reelaborar o documento que norteia as ações da escola. Finalizamos apresentando uma sugestão para a construção do projeto individual de cada professor com o intuito de nortear seu trabalho, embora deva ser readaptado de acordo com cada realidade vivida. Esperamos, assim, contribuir para que os educadores, imbuídos pelo objetivo único de melhorar a aprendizagem de seus alunos, venham a construir coletivamente a educação de qualidade que é de direito de todos os cidadãos brasileiros.

## **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

O projeto político pedagógico tem sido alvo de atenção das políticas públicas da educação nacional, desde o final da década de 1980, constando da grande maioria dos documentos oficiais dedicados à área, tais como leis, planos, deliberações, resoluções, etc. É um documento que deve existir em todas as instituições de ensino e tem por objetivo nortear todas as ações da escola, dando a sua identidade e representando a intenção do fazer pedagógico. Recomenda-se que sua construção seja o resultado de um esforço coletivo por parte de todos os envolvidos no trabalho escolar: professores, equipe técnico-administrativa e comunidade escolar. Implica na seleção dos valores consolidados, na busca de pressupostos teórico-metodológicos e na identificação das principais aspirações em relação ao papel da escola na educação das pessoas. Deve, ainda, apontar um rumo ou sentido para o compromisso estabelecido coletivamente por todos os membros envolvidos no processo.

Assim, o projeto político pedagógico precisa explicitar os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, a forma de organização e de avaliação da escola, sendo necessário um processo de discussão e ajustes permanentes a fim de se proceder as modificações que se fizerem necessárias no interior das escolas. Estas devem partir de ações práticas e reflexivas que resultem em propostas, atividades e novas formas de organização do trabalho escolar. Toda a equipe envolvida em sua construção deve estar

pronta para enfrentar o desafio da mudança, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho, como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica no repensar de todo o fazer pedagógico.

Durante a elaboração do documento é fundamental a opção por um referencial teórico-metodológico que permita a construção da identidade da escola, bem como, a reflexão e o questionamento do trabalho pedagógico realizado. Uma teoria que subsidie a prática da escola deve estar voltada para a melhor aprendizagem dos alunos, sendo de grande importância, portanto, o domínio das bases teórico-metodológicas escolhidas, já que estas são indispensáveis à construção das concepções assumidas coletivamente.

O projeto político pedagógico é, portanto, um instrumento da gestão escolar que expressa as decisões da escola com relação a sua prática. O seu conteúdo varia de escola para escola, tanto no que se refere à escolha do referencial, quanto à extensão e profundidade da utilização do mesmo. No entanto, sempre deve ser o resultado da concretização do processo de planejamento da escola. Nesse sentido Padilha (2006, p. 73) afirma "pensar o planejamento educacional e, em particular o planejamento visando ao projeto político-pedagógico da escola é, essencialmente, exercitar nossa capacidade de tomar decisões coletivas".

Segundo Libâneo (2003), a concepção de projeto político pedagógico ou projeto pedagógico-curricular, como ele o denomina, é diferente da prática de planejamento que se verificou nas escolas brasileiras, na época do tecnicismo, quando os planos consistiam na determinação de objetivos, estratégias e formas de avaliação dentro de uma sequência de passos rígida e feita a partir de modelos pré-estabelecidos. O documento deve ser entendido como instrumento e processo de organização da escola. Deve considerar o que já está instituído, como legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola, etc., mas também o que deve ser incluído, estabelecendo e criando objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estruturas, hábitos, valores, ou seja, favorecendo a organização do trabalho escolar. Nesse sentido, sintetiza os interesses, os desejos, as propostas dos educadores que trabalham na unidade escolar. Representa, ainda, uma oportunidade para os integrantes da escola tomarem a instituição nas mãos, definindo seu papel estratégico na educação das crianças e jovens e organizando suas ações de forma a atingir os objetivos que se propõem. Sendo assim, é o norteador e organizador da vida escolar. Para o referido autor, o currículo sempre expressa interesses dos grupos sociais com mais poder econômico, social, político, com o que as escolas acabam por conformar-se. Mas, por outro lado, pode, também, concretizar objetivos e práticas que representam interesses sociais e políticos dos segmentos mais explorados da sociedade, a partir da tomada de consciência para a busca de transformações sociais. Como documento norteador das ações pedagógicas da escola, o projeto político pedagógico é o plano global da instituição. Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de se ampliar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. É um instrumento que pode ajudar (caso seja bem utilizado) a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de forma refletida, consciente e participativa.

A atual exigência de explicitação do projeto político pedagógico no interior das escolas é relativamente recente na história da educação brasileira. As discussões surgiram durante o movimento de mudanças na educação iniciado em meados da década de 1980, com o processo de redemocratização política do país.

Podemos observar que a ideia já estava expressa na Constituição Federal de 1988, art. 206, que estabelece no inciso III o princípio do “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e, no inciso VI, a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. (BRASIL, 2008). Esses princípios podem ser considerados como fundamentos constitucionais da chamada autonomia da escola.

A ideia do projeto político pedagógico foi explicitada também no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/1990, em seu artigo 53, inciso V, parágrafo único: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. (BRASIL, 1990).

Esta discussão prolongou-se nos anos 1990, até sua legalização por meio da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº. 9.394/96.(BRASIL, 1996). Esta lei, em seu art. 3º, declarou a existência de um pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Dela extraímos os seguintes princípios que se referem à proposta pedagógica:

- a) art. 12- os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de:
  - I- elaborar e executar sua proposta pedagógica.
  - VII- informar os pais ou responsáveis sobre a execução da proposta pedagógica.
  
- b) art.13- Os docentes incumbir-se-ão de:
  - I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
  - II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
  
- c) art. 14, inciso I- determina que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática, respeitando o princípio da “participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”.<sup>3</sup>

A partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, o Brasil assumiu o compromisso de assegurar educação para todos, e comprometeu-se a tomar todas as medidas necessárias à consecução deste objetivo e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem estabelecidas pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Nova Delhi. (UNICEF 1991). Assim, o governo federal determinou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, que foi publicado em 1993, para indicar as diretrizes da política educacional nacional. Entre as metas globais estabelecidas pelo referido plano, a serem alcançadas nos dez anos subsequentes à sua publicação, encontra-se: “implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica” (BRASIL, 1993, p. 42).

O referido plano, ao tratar do desenvolvimento de novos padrões de gestão educacional, afirma que:

---

<sup>3</sup> O fato de a LDB tratar o mesmo assunto com diferentes expressões, quando nos artigos 12 e 13 utiliza Proposta Pedagógica e, no artigo 14, usa Projeto Pedagógico gerou uma confusão de termos no interior das escolas e da academia. Torna-se necessário, então, esclarecer que as denominações devem ser interpretadas como equivalentes para indicar o mesmo documento, que tem o objetivo de organizar o trabalho escolar, como observamos em Veiga (2003, p. 12): “Vale chamar a atenção para a variedade terminológica empregada pelo legislador: proposta pedagógica (arts. 12 e 13), plano de trabalho (art. 13), projeto pedagógico (art. 14), o que poderá trazer algumas confusões conceituais e, conseqüentemente, operacionais. A proposta pedagógica ou projeto pedagógico relaciona-se à organização do trabalho pedagógico da escola; o plano de trabalho está ligado à organização da sala de aula e a outras atividades pedagógicas e administrativas. Isso significa que o plano de

O sucesso do Plano Decenal pressupõe o reordenamento da gestão educacional, conferindo à escola a importância estratégica que lhe é devida como espaço legítimo das ações educativas e como agente de prestação de serviços educacionais de boa qualidade. Fortalecer a sua gestão e ampliar sua autonomia constituem, portanto, direção prioritária da política educacional (BRASIL, 1993, p. 46).

O governo federal publicou também o Plano Nacional de Educação (PNE) e entre seus objetivos e prioridades destacamos:

Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001).

Quando o PNE tratou especificamente do Ensino Fundamental, colocou entre os objetivos e metas: "assegurar que, em três anos, todas as escolas tenham formulado suas propostas pedagógicas, com observância das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais."

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), em sua introdução, destacamos:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da corresponsabilidade entre todos os educadores. A forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho.

Desta forma, de acordo com os PCNs, a responsabilidade com relação à qualidade da educação oferecida passou a ser compartilhada com todos os educadores.

Portanto, a partir da década de 1990, ocorreram mudanças nas orientações presentes nas políticas educacionais federais, acompanhadas nos âmbitos estadual e municipal. As reformas educativas foram anunciadas como reformas administrativas, sendo, na sua grande maioria, congruentes com os compromissos assumidos pelo Brasil para atendimento à demanda de universalização do ensino fundamental. As proposições convergiram para novos modelos de gestão do ensino público baseadas em formas mais flexíveis, participativas e descentralizadas de administração dos recursos e das responsabilidades. Buscou-se a melhoria na qualidade da educação entendida como um objetivo mensurável e quantificável em termos estatísticos (indicadores educacionais) que deveriam ser alcançados por meio de inovações na gestão educacional. A preocupação com a qualidade pode ser associada à busca de otimização dos vínculos entre a educação e as necessidades requeridas pelas novas relações de produção e consumo. Os projetos político pedagógicos surgiram, então, como instrumentos de execução da nova proposta gerencial adotada pelo governo.

No início do século XXI, os projetos político pedagógicos se consolidaram e passaram a existir, de fato, em todas as unidades escolares. No entanto, muitos deles ainda não aproveitam ao máximo todas as suas possibilidades no que se refere à maior autonomia dos educadores em proporem mudanças na forma de desenvolver os trabalhos pedagógicos, uma vez que grande parte dos professores continuam a priorizar a transmissão de informações por meio de aulas instrucionistas. Muitos

deles, até mesmo, desconhecem o conteúdo dos projetos das escolas nas quais trabalham, uma vez que se tornou frequente o engavetamento dos mesmos, como um documento que deve estar presente nas escolas apenas por exigência da legislação vigente.

Para que o projeto político pedagógico seja utilizado em toda sua potencialidade defendemos a necessidade da elaboração do projeto pedagógico próprio, sob a responsabilidade de cada professor, antes das reuniões de reavaliação do projeto político pedagógico da escola.

## **A NECESSIDADE DO PROJETO PEDAGÓGICO PRÓPRIO**

Para a elaboração do projeto pedagógico coletivo da escola, com a colaboração de todos os professores é de fundamental importância que esses profissionais estejam devidamente preparados para o trabalho em grupo. Cada professor precisa ter lido, estudado e refletido anteriormente sobre suas posições individuais com relação aos itens do projeto coletivo, estando apto a argumentar sobre suas opiniões com o devido embasamento teórico científico. Para tanto, é de grande utilidade a elaboração, por parte dos professores, de um projeto pedagógico individual onde serão explicitados todos os seus posicionamentos. Esses deverão ser posteriormente submetidos a críticas por parte dos colegas de trabalho e, também, à autocrítica de cada profissional. Embora a elaboração coletiva do projeto político pedagógico seja o objetivo maior da escola em termos de planejamento, a elaboração individual é essencial para que as discussões em grupo não se percam e acabem em vazio, isto é, "não socializar a ignorância", (DEMO, 2005, 2008) resultando em um projeto que não expresse devidamente as ideias de todos e não resulte na melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos.

Por isso, Demo (2005, p. 34) defende a ideia da elaboração do projeto pedagógico próprio por parte de cada professor antes de se partir para a discussão do projeto político pedagógico da escola:

Antes de chegar ao texto coletivo, cada professor precisa saber exarar sua proposta própria, com a melhor qualidade formal possível. Se cada professor dispuser de seu texto próprio, a discussão coletiva ganha outro rumo, porque pode significar o somatório das habilidades conjuntas, resultando em projeto que represente não só o envolvimento político da escola, mas igualmente sua competência profissional (DEMO, 2005, p. 34).

Numa sociedade em constante e rápida transformação é, ainda, essencial a renovação anual dos projetos pedagógicos próprios. É inerente ao professor aprimorar seus conhecimentos todos os anos de forma que seus projetos precisam ser avaliados e reavaliados a luz de novos conhecimentos e experiências, sempre tendo como foco a melhor aprendizagem de seus alunos. Nesse sentido, Demo (2005, p. 35) afirma:

Pode-se, é claro, continuar com o mesmo projeto ou com poucas mudanças, desde que se chegue a isto por um processo acurado de avaliação. Entretanto, se houver processo de aprendizagem adequada dos professores, é inevitável – além de muito desejável – que se introduzam inovações constantes, monitoradas pelo desafio de aprender bem. [...] Afinal, é mister sacudir a imagem horrível de que a escola seria a

instituição no mundo de hoje que menos sabe se mudar. Talvez seja por isso que tanto prega a mudança [...]

O projeto pedagógico próprio é, então, uma forma pela qual o professor cuida de sua autoformação, um processo permanente, uma prática diária, uma aprendizagem metódica, sendo assim um "caminho de elaboração teórica, de produção de teoria, da sua teoria" (VASCONCELLOS, 2009, p. 46), tendo como finalidade a construção de novas práticas.

Como preconiza Pedro Demo, para elaboração do projeto profissional é necessário, portanto, pesquisa, atualização permanente, elaboração teórica de práticas, aprendizagem de outras experiências, autocrítica permanente, uma pesquisa que envolve profundidade e não superficialidade. Para tanto, é imprescindível que o processo seja permeado por "questionamento reconstrutivo"<sup>4</sup> constante, o que aponta para uma coerência na relação teoria e prática (*Práxis*).

Em sua (re)construção o professor desenvolve a capacidade de argumentar, contra-argumentar, fundamentar, raciocinar, questionar, criticar, para assim, intervir em sua escola de forma inovadora, com vistas a transformação da realidade vigente. Assim, de acordo com Demo (2005), é de fundamental importância incluir no tempo de estudo do professor, durante o horário de trabalho, um espaço para a (re)elaboração do projeto pedagógico próprio. Este tempo pode ser anterior à elaboração ou revisão anual do projeto político pedagógico ou podem-se introduzir fases individuais durante o trabalho coletivo para que todos apresentem suas propostas individuais. Para se obter tal espaço, é preciso organizar o tempo da escola, o que resultará de uma autonomia conquistada pelos professores durante todo o processo. Desta forma, multiplicando e renovando os esforços de todos os educadores comprometidos com a aprendizagem dos alunos, espera-se construir um projeto político pedagógico que realmente assegure a autonomia da escola e que resulte na melhoria da qualidade da educação oferecida.

## **A ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO PRÓPRIO**

A elaboração do projeto pedagógico próprio é parte integrante do processo de (re)construção de conhecimentos por parte dos professores que o elaboram. Ao pensar e redigir seus itens constituintes, o educador pesquisa, reflete sobre as leituras realizadas e sobre suas práticas educativas, propõe novas possibilidades e interioriza novas ideias.

O projeto deve estar sempre vinculado à realidade dos educandos e da sociedade como um todo, e ter em vista também a articulação com outros educadores, uma vez que o professor não trabalha sozinho com seus alunos. Valiosas colaborações podem ser obtidas de seus companheiros de trabalho, especialmente da equipe técnica da escola.

Apresentamos aqui algumas sugestões para a elaboração de um projeto pedagógico próprio e ressaltamos que não devem ser seguidas na forma de receita. Como qualquer informação ou conhecimento, estão em processo de (re)construção e devem

---

<sup>4</sup> Para Demo (2008) "questionamento reconstrutivo é o processo pelo qual se faz a contra-leitura, o confronto de ideias, a crítica e desconstrói-se o conhecimento existente para, em seguida, inovar, renovar, propor alternativas, isto é, reconstruir por meio da autoria propositiva e com o desenvolvimento da autonomia".

ser sempre revistas e reelaboradas por fazerem parte do processo de aprendizagem do professor que nunca estará completo. Além disso, deve ser adaptado à realidade local, bem como às condições materiais e humanas vividas em cada momento.

Segundo Vasconcellos (2009, p. 103), um projeto de ensino e aprendizagem deve abordar três dimensões básicas: análise da realidade, projeção de finalidades e formas de mediação, as quais detalhamos a seguir, uma vez que, como afirmamos anteriormente, um projeto pedagógico próprio tem a mesma natureza de um projeto de ensino e aprendizagem embora não trate especificamente de conteúdos e sua ênfase seja nas reflexões sobre a forma de se desenvolver o trabalho pedagógico.

## **Análise da realidade**

De acordo com Vasconcellos (2009) é de fundamental importância em todo processo de planejamento o entendimento da realidade encontrada, não só no momento presente, como também do processo histórico e social que determinou as condições existentes que precisam ser transformadas. Esta análise deve revelar limites e possibilidades, além de equacionar problemas, verificar necessidades e identificar contradições. Para tanto, a análise realizada deve abranger múltiplas dimensões tais como: pedagógica, psicológica, social, econômica, política, cultural, histórica e outras, a fim de se compreender a totalidade.

É necessário, ainda, estar atento ao fato de que não basta saber o que está acontecendo, é imprescindível buscar as causas dos problemas detectados, não se detendo apenas às aparências constatadas, mas também à essência dos fatos que muitas vezes se escondem por trás dos acontecimentos. Nesse sentido, é importante buscar a realidade sempre como uma parte de um todo, num movimento constante do particular para o universal, o que nos leva a compreender a escola como parte da sociedade e, portanto, dela recebendo influências tais como a luta de classes, o conflito de interesses, as questões de gênero, etnia e diferenças culturais, entre outras. Sendo assim, a abordagem da realidade, ao mesmo tempo em que enfoca as questões atuais, não pode perder de vista a perspectiva histórica com vistas a uma construção prospectiva. Assume-se, assim, uma postura profissional pesquisadora, reflexiva e de movimento dialético.

Ao realizar a análise da realidade, é preciso localizar as necessidades que advêm dos problemas encontrados ou das contradições presentes. Estas, apontam sempre para novas possibilidades que surgirão durante o processo de intervenção que será realizado posteriormente. Como afirma Marx (1983)

[...] a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará a conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.

A análise crítica da realidade é, portanto, de importância fundamental a fim de ser negada dialeticamente e poder ser modificada por meio de um projeto de natureza transformadora que identifica o campo de atuação com suas contradições e aponta para a superação das mesmas.

Ainda segundo Vasconcellos (2009, p. 106),



O planejamento deve partir da realidade concreta tanto dos sujeitos, quanto do objeto de conhecimento e do contexto em que se dá a ação pedagógica. O primeiro passo, portanto do educador [...] deverá ser no sentido de conhecer a realidade com a qual vai trabalhar (alunos, escola, comunidade), além, é claro, do imprescindível autoconhecimento, do conhecimento do objeto de estudo, e da realidade mais ampla que todo educador deve ter.

Assim, o projeto pedagógico próprio, sendo a base e o início do processo de planejamento da escola deve ter como ponto de partida a análise crítica da realidade. Da análise é importante constar o conhecimento dos sujeitos, isto é, o professor (autoconhecimento) e seus alunos com os determinantes das situações encontradas e do contexto escolar envolvendo a sala de aula, a escola, a comunidade e a sociedade como um todo. Não incluímos aqui o objeto de conhecimento porque este deverá ser considerado pelo professor ao elaborar seus planos de curso e de aula, já com base no projeto político pedagógico da escola que deverá ser construído a partir dos projetos pedagógicos próprios de todos os professores.

O autoconhecimento é importante por conduzir o professor a uma reflexão sobre si e sobre sua prática, levando-o a perceber a sua conduta profissional, suas atitudes no momento a fim de compará-las com as de um professor ideal com o objetivo de melhorar suas práticas, diminuindo a distância entre o real e o ideal. O professor deve, então, se autoanalisar em várias dimensões: humano (caráter, firmeza, tolerância, respeito ao outro, discernimento); intelectual (capacidade de refletir, compreender e rever pontos de vista, senso crítico, compreensão da sociedade); profissional (competência, domínio de conteúdo e metodologia, capacidade de mudança, segurança, ânimo, interesse, atualização).

Para subsidiar o processo de planejamento é essencial o conhecimento da realidade dos alunos. É preciso conhecer o aluno real que está na sala de aula com suas necessidades, interesses, nível de desenvolvimento, experiências anteriores, expectativas pessoais e profissionais, origem e situação social, valores, hábitos e representações mentais. A partir desses dados, o professor pode planejar suas intervenções com o objetivo de levar seus alunos o mais próximo possível de um ideal, mesmo que utópico, no sentido de que toda utopia é o primeiro passo para a busca das transformações almejadas.

Embora cada indivíduo tenha suas singularidades, podemos considerar que o universo cultural, social, político e econômico dos alunos é semelhante e este universo determina, em grande parte as particularidades de cada um. O conhecimento desses determinantes torna-se, então, de fundamental importância para a análise da realidade. Daí vem a possibilidade do professor conhecer seu aluno concreto, como resultado de múltiplas relações que fazem com que as situações de vida de cada um sejam semelhantes e, ao mesmo tempo, ajudam o educador a conhecer alguns alunos particularmente.

É necessário ainda estar claro para o professor a importância do contexto escolar na análise da realidade. Esse envolve a sala de aula, a escola, a comunidade e a sociedade, em geral. Embora o professor tenha certa autonomia para realizar seu trabalho deve ter em mente que esta autonomia é apenas relativa porque seus alunos, os conteúdos trabalhados, a escola e a comunidade são determinados socialmente e, até mesmo o professor sofre as influências do contexto no qual vive e viveu desde o seu nascimento. Ignorar essas influências significa se submeter passivamente à realidade, perdendo-se a possibilidade de nela interferir. Quando o

professor não tem clareza das pressões por ele sofridas, tem maior probabilidade de ser dominado por elas, o que na maioria dos casos acontece inconscientemente. Portanto, ao educador de hoje, é fundamental manter-se informado sobre os acontecimentos nacionais e mundiais, além de conhecer seu próprio grupo de trabalho na escola, a comunidade, as famílias dos alunos com suas necessidades e expectativas de forma a superar a visão de aparência dos fatos e perceber os condicionantes que interferem em seu trabalho. Desta forma, poderá assumir uma relação dialética com esses condicionantes de forma a poder interferir na realidade em busca de transformações da mesma.

### **Projeções de finalidades**

Segundo Vasconcellos (2009, p. 109), "A *Projeção de Finalidades* é a dimensão relativa aos fins da educação, aos objetivos do ensino, aos valores, à visão de homem e de mundo". A atenção a esse item do projeto impulsiona o professor a partir para a ação em busca de transformar a realidade detectada, impedindo que ele a aceite como fato determinado e inalterável, levando-o à acomodação e à consequente reprodução da sociedade atual.

Ao pensar nesta dimensão de seu projeto, o professor projeta um futuro que procura construir no presente, busca a superação dos aspectos negativos e contraditórios da realidade atual e expressa o que lhe parece possível transformar naquele momento histórico com as condições a ele oferecidas. Desta forma, influencia o processo educacional ao propor uma direção alternativa para o futuro. A explicitação de objetivos claros e baseados na realidade constatada funciona como força propulsora da ação com vistas à transformação social.

Se o professor não projeta suas finalidades, aceita passivamente o que é imposto pela União, pelo Sistema de Ensino, pela escola ou pelos gestores, corre o risco de contribuir para a continuidade da situação atual ao se omitir em transformá-la.

Ao projetar as finalidades, o professor deve tê-las não só como ponto de partida, mas também como ponto de chegada, uma vez que expressam um processo dinâmico capaz de sustentar e desafiar os rumos da escola. Possibilita, então, a recuperação do sentido do trabalho educativo, tornando o professor sujeito de sua própria história ao invés de repetidor alienado das condições sociais vigentes.

Ao projetar suas finalidades e tornar claros seus objetivos, o professor tende a motivar-se e a abrir novos caminhos e possibilidades criativas, uma vez que busca conteúdos e metodologias adequadas ao seu planejamento, o que facilita o processo que levará a atingir os fins previstos. No entanto, o professor precisa tomar cuidado para não cair na armadilha da formulação mecânica de objetivos, típica do tecnicismo. Deve estar atento aos fins da educação, isto é, sua intencionalidade ou dimensão teleológica.

### **Formas de mediação**

A elaboração das formas de mediação em um projeto, de acordo com Vasconcellos (2009), representa o momento de se pensar em como viabilizar as finalidades anteriormente projetadas a partir da realidade analisada. É o momento de se estabelecer as diretrizes para a prática pedagógica, de forma a orientar a passagem da reflexão para a ação. Como o objetivo primordial é a aprendizagem dos alunos, a

preocupação fundamental deve ser o trabalho com o conhecimento. Este, por sua vez, precisa ser permeado por cuidados com outros aspectos tais como o relacionamento interpessoal e a organização da coletividade.

O trabalho com o conhecimento pode se dar de várias formas, sendo múltiplas as possibilidades para o professor envolver seus alunos com o saber sistematizado e levá-los à apropriação e construção de conhecimentos.

Ao refletir sobre o trabalho com o conhecimento, além dos conteúdos a serem trabalhados, objeto de atenção dos projetos posteriores, o professor deverá pensar em algumas questões essenciais durante a elaboração de seu projeto pedagógico próprio:

- Concepções de aprendizagem – O que é aprendizagem? Como o aluno aprende? Como orientar a aprendizagem dos alunos? Que tipos de atividades podem ser propostas? Que recursos disponíveis podem ser utilizados?
- Concepções de avaliação – O que é avaliação? O que, como, para que avalio? Como saber se os objetivos foram atingidos? Que instrumentos de avaliação utilizar?
- Concepção do componente curricular trabalhado – Qual sua importância para o aluno? Quais as tendências e influências implícitas nas ações educativas?
- Concepção de integração – Como integrar o trabalho com o dos demais da escola com vistas à interdisciplinaridade ou ao enfoque globalizado?

O relacionamento interpessoal é de fundamental importância para o trabalho educativo que vai além da simples instrução e informação. Ao se relacionar com seus alunos, o professor precisa pensar tanto nos aspectos individuais (intelectual, físico, afetivo, ético, lúdico, religioso) quanto sociais (sócio-político-econômico-cultural), de forma a planejar algumas atividades que facilitem o convívio de todos com respeito aos alunos na suas formas de ser e de se expressar, para que possa ajudá-los a crescer em consciência, caráter e cidadania.

Para ajudar na construção do relacionamento interpessoal, Vasconcellos (2009) sugere: estimular o trabalho em grupo; colocar as carteiras em dupla; apresentação pessoal logo nos primeiros dias de aula; realizar encontro de convivência no começo do ano; idas ao pátio para aproximação não formal, embora, para o autor, o mais importante seja a postura desenvolvida pelo professor na relação com o aluno.

A fim de que ocorra um bom relacionamento interpessoal, faz-se necessário um olhar atento para a organização da coletividade, que é concebida pelo autor como a forma de se estruturar o trabalho em sala de aula, podendo ser tomados como exemplos, a divisão do tempo e do espaço, a disciplina, os combinados, as formas de participação ou outras possibilidades que facilitem a aprendizagem dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esperamos, com as ideias aqui apresentadas, termos contribuído para a compreensão das possibilidades oferecidas por um projeto político pedagógico bem elaborado para a melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas, bem como para o crescimento pessoal dos educadores envolvidos na sua construção.

Por outro lado, ao construir seu projeto pedagógico próprio, o professor estuda, pesquisa, reflete, avalia seu trabalho anterior e aprimora seus conhecimentos de forma que seu trabalho pedagógico será modificado. Portanto, a (re)construção do projeto pedagógico próprio representa uma excelente oportunidade para a formação permanente do professor pesquisador de suas próprias práticas e (re)construção de sua teoria.

Pretendemos ter deixado claro que a elaboração prévia de um projeto individual pode, em muito, facilitar o trabalho coletivo e incrementar sua qualidade e possibilidades de transformação da realidade constatada.

Ressaltamos que, como em qualquer área de conhecimento, o processo está e estará sempre em construção, assim como a autonomia por todos almejada. Portanto, todas as contribuições para a melhoria das propostas sugeridas deverão ser experimentadas, assim como, as adaptações adequadas a cada realidade particular. O importante será jamais interromper as reflexões, as pesquisas e as conseqüentes mudanças no desenvolvimento do trabalho pedagógico que culminarão nas transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=177&data=10/01/2001>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Plano decenal de educação para todos: 1993–2003**. Brasília, DF: MEC, 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 12 ago.2010.

DEMO, P. **Desafio do projeto pedagógico**. [S.l.:s.n], 2005.

\_\_\_\_\_. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (Org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire. 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2003.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

UNICEF. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, Jomtien, Tailândia. **Anais...** Brasília: UNICEF, 1991. 29 p.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 19. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.